

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.512.505 - SP  
(2019/0152443-1)**

**RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**EMBARGANTE : MARCIO ROBERTO PESSOA NASCIMENTO**  
**EMBARGANTE : FLAVIANNA ROCHA DE ARAUJO PESSOA**  
**ADVOGADOS : MARCELO DE ANDRADE TAPAI - SP249859**  
**GISELLE DE MELO BRAGA TAPAI E OUTRO(S) - SP135144**  
**EMBARGADO : CAMARGO CORREA DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO S.A**  
**ADVOGADOS : OSMAR DE OLIVEIRA SAMPAIO JUNIOR - SP204651**  
**BRUNA FERNANDA FERNANDES RICCIARELLI - SP357104**

## **EMENTA**

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. OMISSÃO RECONHECIDA. MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS.*

## **DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos por MARCIO ROBERTO PESSOA NASCIMENTO e por FLAVIANNA ROCHA DE ARAUJO PESSOA contra decisão assim ementada:

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO QUE INADMITE O RECURSO ESPECIAL COM BASE NO ART. 543-C, § 7º, I, DO CPC/1973. INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO DO ART. 1.042, CAPUT, DO CPC/2015. ERRO GROSSEIRO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, INCISO III, DO CPC/2015. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

Os embargantes, então agravados, apontam, em síntese, a omissão do julgado quanto à majoração dos honorários advocatícios, nos termos do art. 85, §§ 2º e 11, do CPC/2015, bem como do Enunciado nº 7/STJ.

Impugnação à e-STJ Fls. 909/913, na qual a embargada afirma a

# *Superior Tribunal de Justiça*

inaplicabilidade do referido dispositivo legal, mormente porquanto a sentença fora prolatada sob a égide do CPC/73. Requer, ainda, a aplicação de multa.

É o breve relatório.

Os embargos declaratórios merecem acolhida.

Nessa esteira, nos termos do art. 1.022 do CPC/2015 (art. 535 do CPC/1973), são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de erro material, obscuridade, contradição ou omissão do julgado.

No caso, configura-se a existência de efetiva omissão quanto à majoração dos honorários advocatícios, nos termos do suscitado art. 85, § 11, do CPC/2015.

Nesse passo, considerando o Enunciado Administrativo n. 7/STJ, "somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de ***honorários sucumbenciais recursais***, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC".

Esta Corte consagrou o entendimento de que é devida a majoração da verba honorária sucumbencial, na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, quando estiverem presentes os seguintes requisitos, simultaneamente: *a)* decisão recorrida publicada a partir de 18/3/2016, quando entrou em vigor o novo Código de Processo Civil; *b)* recurso não conhecido integralmente ou não provido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente; *c)* condenação em honorários advocatícios, desde a origem, no feito em que interposto o recurso.

A propósito:

*CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. COINCIDÊNCIA ENTRE O ENTENDIMENTO ADOTADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. DECISÃO MANTIDA.*

(...)

*5. É devida a majoração da verba honorária sucumbencial, na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, quando simultaneamente se apresentarem os seguintes requisitos: a) decisão recorrida*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*publicada a partir de 18.3.2016, quando entrou em vigor o novo Código de Processo Civil, b) recurso não conhecido integralmente ou desprovido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente e c) condenação em honorários advocatícios desde a origem, no feito em que interposto o recurso.*

**6. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1.069.843/ES, Rel. Min. ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 24/11/2017)**

No caso dos autos, observa-se que todos os requisitos supracitados estão presentes pois, conforme certidão de publicação de e-STJ Fl. 845, a decisão de inadmissão foi publicada em 7 de junho de 2018, restando o agravo recorrido não conhecido nesta Corte (e-STJ Fls. 895/901). Ademais, o acórdão da origem foi publicado igualmente sob a égide do CPC/2015, conforme certidão à e-STJ Fl. 692, contra o qual o recorrente manejou o seu recurso especial.

Saliente-se, ainda, que os honorários sucumbenciais foram devidamente fixados na sentença (e-STJ Fl. 475) no importe de 10% sobre o valor da condenação, de sorte que, ainda que omissa o acórdão da origem quanto a eventual majoração, são devidos honorários sucumbenciais **recursais**.

Assim, levando-se em conta o preenchimento dos critérios supracitados, aplicável, de fato, o teor do art. 85, § 11, do CPC/2015 à espécie, majorando-se a verba honorária previamente arbitrada.

**Ante o exposto, ACOLHO os embargos de declaração, a fim de majorar os honorários advocatícios para 12% (doze por cento) do valor da condenação.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
Relator